

+museu

Boletim do Museu Municipal de Palmela | n.º 30 - nov. 2024

Editorial

Na cadência do tempo, chegamos a novembro que, no Museu Municipal de Palmela, é acentuado com o lançamento do segundo número do ano do boletim +museu. Neste número 30, apresentamos um conjunto de artigos que dão a conhecer o trabalho realizado e o resultado, mesmo que não conclusivo, das investigações que levamos a cabo ou que impulsionámos, através das parcerias estabelecidas.

Abrimos com um episódio pouco conhecido, de 1580, sobre uma emboscada em Palmela, aquando da guerra de anexação.

As intervenções realizadas no Centro Histórico de Palmela, sítio de extrema sensibilidade arqueológica, constituem sempre oportunidades de acrescentar novas camadas de conhecimento. No interior dos imóveis, as paredes ocultam elementos arquitetónicos decisivos. O segundo artigo traz-nos, precisamente, o retrato de uma abóboda identificada num edifício que se situa na artéria principal da vila, presumivelmente do século XVI.

Noutro âmbito, mas também no campo da Arqueologia, o artigo “À sombra do castelo” fala-nos da Rua de Nenhures onde, em 1988, uma intervenção arqueológica de emergência permitiu identificar um sítio arqueológico de origem medieval. Trata-se de um celeiro coletivo, constituído por trinta silos para armazenamento de produtos alimentares. É um dos arqueossítios mais relevantes do Concelho, com ocupação entre os séculos XII e XIX.

A cultura e o património, alicerces das identidades locais, são elemento estruturante na relação entre munícipes e visitantes do exterior, e o território que habitam ou visitam. Os Museus, e as narrativas que criam, pretendem sedimentar relações, inspirar e fomentar à participação. O Museu deve, por isso, ser casa aberta a todas as pessoas, pelo Direito à Cultura. Nesse sentido, outro dos artigos presente nesta edição fala-nos da importância da Acessibilidade nos Museus.

Para finalizar, convidámos um curioso local, fascinado por relógios de torre, para nos falar do relógio da Torre da Igreja de Santiago. Mecanismo construído na Bélgica em 1752, continua a assinalar a passagem o tempo e a fazer-se ouvir, pontualmente, em toda a Vila.

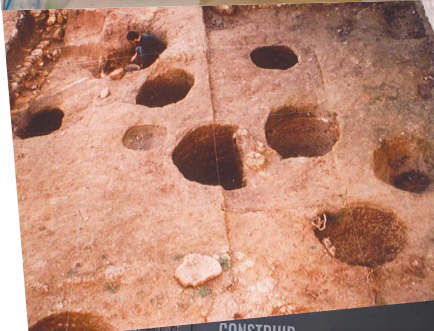
Sublinho, ainda, a aprovação pela Assembleia Municipal, a 26 de setembro, do novo Regulamento do Museu Municipal de Palmela. Sistematizadas as normas que orientam a atuação do Museu no contexto do acervo e equipamentos que gere e que dinamiza, e a sua relação com os públicos, sentimos que estamos mais fortes e continuamos determinados na salvaguarda do nosso património coletivo.

Este ano continua a ser profunda e profusamente marcado pelos 50 anos de Abril, pelos seus valores e conquistas e por tudo o que falta, ainda, cumprir. Na cadência do tempo, inexorável, que nos impele para o futuro, continuamos a refletir no passado e na História viva de quem construiu e viveu Abril para sublinhar a necessidade de celebrar e honrar, sempre, a Revolução, a Democracia e a Liberdade.

O Presidente da Câmara



Álvaro Manuel Balseiro Amaro



Joaquim Manuel Ferreira Boico
PALMELA
DE CASTELO A FORTALEZA



Em investigação...

UM EPISÓDIO PERDIDO DA GUERRA DE ANEXAÇÃO (1580): A EMBOSCADA DE PALMELA

Depois da morte do cardeal-rei D. António, anuladas de uma maneira ou outra as pretensões dos restantes candidatos por parte do rei de Espanha, restou como único pretendente português à sucessão o Prior do Crato, filho ilegítimo do infante D. Luís. Em novembro de 1579, Filipe II tentou fazer D. António desistir da corrida ao trono, mas, face à negativa do filho do infante D. Luís, a guerra tornou-se inevitável.

A rede de influências dava os seus frutos. O desastre de Alcácer Quibir resultou em milhares de cativos e o rei de Espanha tratou de multiplicar a teia de lealdades pagando os resgates dos mais influentes. A rede de espionagem também funcionava. Baptista Gésio, a partir de 1579, encontrava-se de novo em Portugal a recolher informações preciosas sobre as fortificações da zona de Lisboa¹.

Desde o mês de janeiro que o D. Álvaro de Toledo coordenava a concentração das forças de invasão. Era, curiosamente, a mesma pessoa que, em 1576, havia alegado a sua idade avançada para recusar acompanhar D. Sebastião a Marrocos. Agora, tratava dos preparativos para invadir o Reino vizinho. A 27 de abril, conferenciava com o Marquês de Santa Cruz a ajustar os detalhes para o início da campanha².

Conquistar Lisboa era o principal meio para subjugar Portugal, e os espanhóis decidiram atingir este objetivo capital pelo caminho mais curto, isto é, a partir de Badajoz. D. António, aclamado rei de Portugal em Santarém, a 19 de junho, preparava-se para defender esta região por onde se julgava que os espanhóis iriam atacar; era o itinerário tradicional, uma vez que evitava a travessia do Tejo e aproveitava a fraqueza de uma rede de fortificações antiquada.

O duque de Alba, nomeado desde 6 de junho cabeça do exército espanhol acantonado em Cantillana, ultimava os preparativos. A fuga dos governadores nomeados pelo falecido Cardeal, claramente parciais de Espanha, terá ateadado o rastilho. A 10 de junho, sentindo-se ameaçados pelos partidários de D. António,

os governadores abandonaram Lisboa e, a 17, já em Ayamonte, emitiram um documento tornando pública a sua parcialidade à causa castelhana.

No dia 28 de junho, Filipe II assistiu à partida do exército, que entrou em Portugal depois de "atravessar o passo" do rio Caia³. A frota, comandada pelo marquês de Santa Cruz, seguiu pelo itinerário do Algarve, enquanto outra esquadra proveniente da Galiza, comandada por Pedro de Valdés, convergiria sobre Lisboa. A lealdade das praças-fortes da fronteira do Alentejo vinha sendo preparada com vários meses de antecedência, nomeadamente a submissão de Elvas, porta de entrada no reino português. Facilitada a entrada com a posse desta localidade, Vila Viçosa foi rapidamente assaltada e saqueada, como exemplo do que poderia custar qualquer resistência. A 3 de julho, os espanhóis já se haviam apoderado de Estremoz depois de acordada a entrega da vila. Montemor-o-Novo rendeu-se a 6 de julho e, a 10, chegou a Lisboa a notícia da queda de Alcácer do Sal, ocupada por uma guarda avançada⁴. Pelo seu lado, a frota do marquês Medina Sidonia saiu de Cádiz a 7 do mesmo mês e, a 14, já se encontrava fundeada frente a Portimão sem se ter deparado com qualquer resistência⁵.

A marcha corria favoravelmente e apenas a dificuldade das estradas impedia um progresso mais rápido⁶. A campanha militar usufruía de muitas décadas de trabalho na captação de simpatizantes da união ibérica, que o desastre de Alcácer Quibir veio agravar de forma definitiva. Esta foi, em grande medida, a chave para o sucesso do rápido avanço das tropas espanholas.

No mar, apenas os ventos contrários atrasaram D. Álvaro de Bazán em Sagres, desde o dia da chegada da frota espanhola a esta localidade, a 16 de julho. Sem esperar pelas naus, seguiu com as galés na direção de Setúbal. Os dois eixos de ataque, em terra e mar, convergiam, como planeado, sobre Setúbal.

Figura 1 - Itinerário da invasão de Portugal no início da campanha de anexação.

¹ Engenheiro militar e diplomata ao serviço de Filipe II, chegou a Portugal com a embaixada de D. Juan de Borja em 1569. Regressado a Espanha em 1573, voltou a Lisboa em 1579 com a missão de estudar as fortificações da capital portuguesa. Os seus dois relatórios, *Descriptio de la città de Lisboa e del suo distrito e Discorso sopra i disegni degli nimici*, foram certamente utilizados no planeamento da invasão.

² CODOIN- Colección de documentos inéditos para la historia de España, 1842-1867, Madrid, v. 32, p. 103.

³ Luís Augusto Rebelo da Silva, História de Portugal, séculos XVII e XVIII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1971, v. 2.

⁴ Julián Suárez Inclán, Guerra de anexión en Portugal durante el reinado de Don Felipe II, Madrid, Imprenta y Litografía del Depósito de la Guerra, 1897, t. I, pp. 233-234.

⁵ Luís Augusto Rebelo da Silva, op. cit., v. 2.

⁶ "Lúnes que fueron 4 deste [mês], el prior de levanto com el ejército de los contornos de Estremoz, llevando en el marchar la misma órden que se yuvo los días precedentes, aunque los escuadrones respecto del mam caminho no podian hacerlo mas que une n frente de outro...", CODOIN, v. 50, pp. 337-338.

Em investigação...

A EMBOSCADA DE PALMELA

Como vimos, o duque de Alba avançava Alentejo acima, submetendo sistematicamente todos os focos de resistência fiéis a D. António. No sábado, 16 de julho, portanto apenas nove dias depois de iniciada a invasão, encontrava-se já muito perto de Setúbal, o objetivo da primeira parte da campanha. O exército acampou num local designado por «Água Alba»⁷, a «tres léguas grandes»⁸ de Setúbal, a atual povoação de Aqualva; seria aqui que a guerra iria começar verdadeiramente⁹.



Figura 2 - A região de Setúbal, Palmela e Outão.

Instalado o exército neste local, o duque decidiu enviar para Setúbal uma coluna sob o comando do seu filho D. Fradique, talvez com a intenção de conseguir a rendição de forma expedita, como havia sucedido com Alcácer do Sal. A guarda avançada partiu às 11.00h dessa noite - o grosso do exército deveria seguir pouco depois, às 3.00h da manhã já do dia seguinte¹⁰, para dar tempo a D. Fradique para assegurar a posse dos arrabaldes de Setúbal - e compreendia as seguintes forças:

“...La compañía de los continos: y las três Coronelias de infanteria italiana: y a D. Pedro Gonçalves de Mendoça com las onze vanderas de infanteria Española de Napoles: y D. Pedro de Sotomayor com las siete de Sicilia, y Lombardia: y el Maestre de câpo don Luys Enriquez cõ su tercio de infanteria Castellana¹¹.

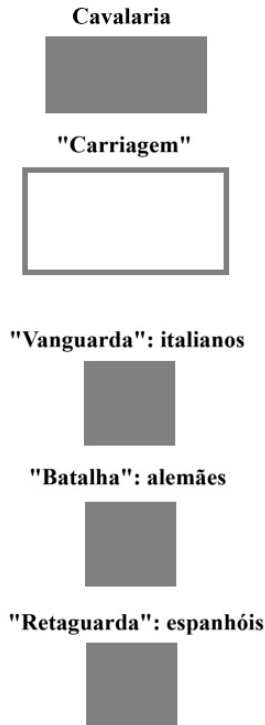


Figura 3 - A guarda avançada castelhana dirige-se para Setúbal na noite de sábado, 16 de julho de 1580: a coluna de D. Fradique de Toledo.

Comandante D. Fernando de Toledo, mestre-de-campo Sancho de Ávila

A guarda avançada focou-se em Setúbal, castelo antigo sem qualquer intervenção de melhoramento das fortificações, e tomou posição frente à cidade. As forças dispersaram-se, preparando a chegada do resto do exército. A D. Fradique interessava também sondar as intenções dos defensores da cidade, pelo que Palmela podia esperar.

Ao amanhecer, já com as forças em posição, D. Fradique intimou os defensores a renderem-se. Enquanto decorriam as negociações com os defensores, mediadas por um capitão inglês, várias escaramuças tinham lugar, com tomada de prisioneiros por um e outro lado. Na verdade, os espanhóis encontravam-se sujeitos ao fogo da artilharia da cidade e de Palmela, “Y el Real [o acampamento] se plantó en medio de las dos baterias, de Palmela y Setúvar, que las piezas de ambas partes podían hazer su tiro adonde nuestro real estava”¹², e deste fogo cruzado resultaram várias baixas entre os sitiados.

⁷ CODDIN, *op. cit.*, v. 40, p. 355.

⁸ CODDIN, *op. cit.*, v. 40, p. 355.

⁹ Rafael Valadares, "A conquista de Lisboa. Violência militar e comunidade política em Portugal" 1578/1583, Lisboa, Texto, 2010, pp. 87-112.

¹⁰ "Relacion de la toma de Setubal por las tropas de Felipe II", CODDIN, *op. cit.*, v. 40, p. 353.

¹¹ Antonio de Herrera, "Cinco libros de la Historia de Portugal, y de la conquista de de las Islas de los Açores, en los años de 1582 y 1583", Madrid, Pedro Madrugal, 1591, p. 98v.

¹² Antonio Escobar, Recopilación de la felicissima jornada..., Valência, viuda de Pedro de Huete, 1586, fl. 19.

Em investigação...



Figura 4 - O Castelo Palmela, foto <https://fundspeople.com/pt>

O castelo de Palmela situa-se em localização privilegiada no conjunto da serra da Arrábida, erguido “no cerro mais elevado a montante, na direção de Lisboa”¹³. Esta situação estratégica é confirmada pela permanência da ocupação militar desde a época romana e, naturalmente constituía uma peça fundamental na defesa desta linha durante a época da *Reconquista*¹⁴. É também compreensível que a deslocação da linha de fronteira tenha esbatido o papel militar do castelo que, apesar disso, continuava a constituir uma forte posição em resultado da topografia particularmente favorável à defesa.

Atrás das muralhas do castelo, o alcaide de Palmela, Vasco Eanes Pacheco, encontrava-se na expectativa. As suas fortificações, apesar de obsoletas pelos padrões inovadores do século XVI, eram defendidas por várias peças de artilharia. A guarnição, com «dozentos ginetes e quatrocentos soldados»¹⁵ e reforçada por milícias locais, não constituía uma ameaça séria ao exército espanhol. Era, contudo, suficiente para tentar uma ação contra a retaguarda inimiga.

De facto, com abastecimentos limitados, os sitiados dispersavam-se pelas vinhas para encontrar “alguma fruta”, aligeirando a guarda aos carros onde se encontravam as munições.



Figura 5 – Uma emboscada, óleo de David Vinckboons (ca. 1612), Coleção particular, <https://www.wga.hu/html/v/vinckboo/ambush.html>.

Em investigação...

SETÚBAL RENDE-SE, E PALMELA?

Vasco Pacheco decidiu enviar os seus ginetes sobre a retaguarda dos espanhóis. A coberto da vegetação, os ginetes desceram com ímpeto redobrado, com a intenção de alcançar os “carros da pólvora”¹⁶. Apesar da surpresa, depois de dado o alarme, acorreu a cavalaria logo seguida pelos soldados a pé, fazendo recuar os atacantes¹⁷. Depois de reforçarem a guarda à “carriagem”, que estacionava não muito longe da encosta, os espanhóis recolheram ao alojamento. Os cavaleiros de Palmela, que estavam emboscados entre os arbustos, lançaram outra investida, novamente rechaçada pela cavalaria espanhola¹⁸. Setúbal estava bem defendida pelo lado do mar, reforçada por uma esquadra de vinte e nove navios, entre os quais o galeão S. Mateus, que havia estado presente na malograda expedição de 1578, e com a principal entrada da barra protegida pelo forte do Outão. O coronel Diogo de Botelho comandava os cerca de 2.500 - 3.000 soldados de guarnição, entre os quais alguns franceses e ingleses. Porém, sabia que a muralha medieval, que não havia sofrido qualquer melhoria desde o século XIV¹⁹, não poderia resistir à artilharia dos espanhóis. Ao mesmo tempo que enviava um pedido de auxílio a Lisboa, Botelho encarregou um capitão inglês de iniciar negociações para a rendição. Foi pedido um prazo até ao dia seguinte para decidir sobre a entrega da cidade.

Em Lisboa, a notícia de que Setúbal se encontrava cercada mobilizou a população. Os padres franciscanos juntaram rapidamente várias centenas de voluntários, “com vozes altas pedindo pelo amor de d[eu]s a todos se quizessem embarcar e ir defender setúvel que estava cercada e q[u]e o lhe ia na defesa de seu Reino e de sua pátria”²⁰. A adesão dos populares foi elevada e, em menos de duas horas cerca de 500 voluntários estavam embarcados para seguir em socorro da cidade sitiada²¹.

A chegada do duque de Alba precipitou os acontecimentos. Ordenou de imediato ao general da artilharia, D. Frances de Álava y Viamont, para tratar de colocar as peças de sítio em bateria, “à cien passos de la muralla”²². O impressionante dispositivo de cerco espanhol, desdobrado sob a proteção de trincheiras, deixou claro que o bombardeamento que se iria seguir, facilmente abriria uma brecha por onde os espanhóis se introduziriam na cidade. E o saque em resultado do início dos combates prometia ser impiedoso para a população. Assim, no dia 18, levantaram-se bandeiras brancas nas muralhas, e uma delegação tratou de entregar as chaves da cidade ao duque. Quando entraram em Setúbal, os castelhanos verificaram que os soldados tinham abandonado a fortaleza e embarcado em batéis que se encontravam no porto. Pouco depois chegavam quatro galés enviadas por D. António com quinhentos soldados de reforço, que deram meia-volta e regressaram a Lisboa com a notícia de que a vila de Setúbal havia caído.

O duque dirigiu em seguida as suas atenções para o Outão, situado numa posição privilegiada e, ao contrário de Setúbal, modernizado “à moderna”, isto é, com um sistema abaluartado desde o reinado de D. Sebastião. No dia 20, os espanhóis iniciaram um bombardeamento cerrado, que prosseguiu durante todo o dia seguinte. As defesas eram sólidas; o Alcaide Mendo Mota comandava uma guarnição com cerca de uma centena de homens, dispoñdo de quarenta e sete peças de diversos calibres, das quais dezassete “gruessas de bronze”²³; somavam-se ainda as peças dos navios; só o galeão S. Martinho montava “sessenta peças de artilharia de bronze, entrando nela trinta reforçadas esperas e leões e cães e mais esperas com guarnição”²⁴. Os defensores ofereceram uma forte resistência, mas, pela tarde do dia 22, a contínua bateria dos espanhóis tinha derrubado grande parte das defesas²⁵.

No mesmo dia, talvez informados da queda iminente do forte do Outão, o alcaide Vasques Pacheco, acompanhado pelos “oficiais de justiça e regedores”²⁶, renderam o castelo; o alcaide Mendo Mota rendeu-se no dia seguinte. Os espanhóis ficavam com o caminho aberto para o itinerário final em direção a Lisboa.

Luís Costa e Sousa
CHAM - Centro de Humanidades
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

¹³ Isabel Cristina Fernandes, “O castelo de Palmela: herança islâmica e domínio da Ordem de Santiago”, in “Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb”, Lisboa, Edições Colibri - Câmara Municipal de Palmela, 2002, p. 573.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ “Començó a baxar gente de cavallo collada de Palmela, los quales venian tan encubiertos com mucha espessura de grandes fresnos e olivos, que quando fueron sentidos de los nuestros, ya baxavan por una gran ladera, com ánimo de llegar si pudieran a los carros de nuestra pólvora que cerca de allí estavan, para darles fuego”, Antonio de Escobar, *op. cit.*, fl. 21.

¹⁷ Antonio Escobar, *op. cit.*, fl. 21.

¹⁸ Antonio Escobar, *op. cit.*, fls. 21-21v.

¹⁹ Maria Isabel Caetano Leitão, “A fortificação abaluartada da praça de Setúbal. Evolução construtiva vista a partir da iconografia” in “*Almadan*”, II série, t. 1, julho 2016, pp. 144-158.

²⁰ Pedro Roiz Soares, “Memorial”, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1953, p. 170.

²¹ *Idem*.

²² “Relacion de la toma de Setubal por las tropas de Felipe II”, CODOIN, *op. cit.*, v. 40, p. 356.

²³ António de Herrera, *op. cit.*, p. 102v.

²⁴ António de Herrera, *op. cit.*, p. 102v.

²⁵ “...Com toda su fortaleza, quando fueran las três da tarde en el mismo dia [dia 22], ya los omenajes y obras muertas estavan gran parte d’ellas por tierra, y en los lenços grandes boquerones”, Antonio Escobar, *op. cit.*, fl. 29v.

²⁶ Antonio Escobar, *op. cit.*, fl. 30v.

Em investigação...

A ABÓBODA QUINHENTISTA DA RUA HERMENEGILDO CAPELO, N.º 120-124, EM PALMELA

O edifício n.º 120-124 da Rua Hermenegildo Capelo pode passar despercebido aos olhos de quem nela circula. No entanto, este imóvel esconde no seu interior elementos arquitectónicos que nos transportam para um passado já esquecido.

O centro histórico de Palmela, na área envolvente ao perímetro do Castelo, foi alvo de um expressivo incremento urbano durante os séculos XVI e XVII, como o comprovam os registos históricos e o património edificado ainda remanescente. A Rua Hermenegildo Capelo é uma das principais artérias da vila de Palmela, fazendo parte da nova malha urbana nos arrabaldes do Castelo, cuja expansão teve início na Época Medieval, com uma maior expressão a partir do século XVI.

A fachada do edifício n.º 120-124, voltada para a Rua Hermenegildo Capelo, apresenta características arquitectónicas do século XIX, embora as tecnologias construtivas e alguns elementos arquitectónicos identificados no seu interior - através do estudo parietal - nos remetam para uma construção ocorrida em data anterior, entre os séculos XVI-XVII, tendo sofrido diversas remodelações durante o século XVIII e XIX.

A fachada apresenta alguns elementos decorativos, rematados com cimalkhas decorativas, com dois elementos angulosos. O gradeamento dos vãos das três varandas da fachada do 1.º piso, em ferro forjado, apresentam motivos decorativos de semicírculos, linhas rectas e volutas, e encontram-se simétricos com os vãos de portas do edifício. Esta simetria e equilíbrio estético é característico do final do século XIX, mas generalizada na primeira metade do século XX. Os vãos exteriores das varandas são construídos em cantaria de calcário e encimados com frisos decorativos (Andrade, 2011, p. 64; Vieira, 2018, p. 296, 358).

Esta força decorativa nas fachadas e nos gradeamentos em ferro forjado que “entalam” as ombreiras em cantaria de pedra, teria motivações de afirmação social, de modo a criar uma aproximação com a arquitectura nobre, numa tentativa de criar uma aproximação com os poderes e hierarquias sociais, embora esta casa já apresente dimensões razoáveis e, em tempos, pertenceu possivelmente a um proprietário abastado. Esta hipótese surge através da identificação de elementos arquitectónicos no seu interior, associados a uma hierarquia social superior ou nobre, tal como a abóboda aqui em destaque (Tomé, 2019, p. 152, 153).

A área tardoz do edifício tem acesso à Rua do Arrabalde, remanescente ainda de período medieval, aquando da expansão urbana em período medieval islâmico.

Estes dados sobre a historiografia do local devem-se aos trabalhos de arqueologia desenvolvidos por arqueólogos da empresa Clay Arqueologia, no âmbito de reabilitação do imóvel em causa, através da solicitação do Exmo. Sr. Augusto Miranda da Cunha, actual proprietário. Os trabalhos arqueológicos de salvaguarda têm como objectivo principal registar e proteger o património histórico de um lugar, através dos vestígios materiais presentes no local, possibilitando a escrita de mais uma página na história de Palmela de Época Moderna.

Neste edifício destacamos a abóboda de aresta na área do logradouro, construída em tijoleiras dispostas na vertical e na horizontal, formando um padrão vegetalista no centro dos arcos abobadados, aplicada com aglomerante em argamassa de areia e cal.

Este sistema construtivo e estrutural de “abobadilhas” generaliza-se entre os séculos XVI e XVII, apresenta elevada resistência e uma melhor distribuição do seu peso próprio. Neste elemento arquitectónico são também observadas quatro nervuras construídas com tijolos cerâmicos modelados, que se traduz numa redução no custo e no trabalho construtivo, em comparação com a execução de um trabalho em cantaria de pedra.

O ponto de união destas nervuras, que se encontra no centro da abóboda, é coberto por uma chave em forma de disco de carácter meramente decorativo. Esta peça, a chave, é sempre a última a ser colocada durante a construção das abóbodas de arestas e, neste caso, coloca-se a hipótese de esta, em tempos, ter apresentado alguma inscrição ou representação de imagem (Rei, 2018, p. 29; Santos, 2014, pp. 45, 46).

A abóboda foi preservada, através de métodos de conservação e restauro, como a aplicação de argamassas tradicionais compostas por areia e cal.

Nesta abóboda, tendo em conta a sua imponência, encontramos semelhanças com as abóbodas encontradas no interior do Castelo de Palmela, nomeadamente na Casa do Prior-Mor da Ordem de Santiago, colocando-se a possibilidade até da sua construção ter sido realizada pelos mesmos construtores dos arcos que se encontram no interior do Castelo, potenciando assim a hipótese do estatuto social do dono da habitação, ou mesmo da pertença da habitação a elementos da Ordem de Santiago.

Todas estas questões motivam o trabalho de um arqueólogo, fazendo com que este nunca esteja concluído, demonstrando a sua importância científica como disciplina das ciências sociais em explicar a dinâmica construtiva de um espaço e das pessoas que nele habitavam, através dos materiais e vestígios que nos deixaram.

Foi devido ao esforço conjunto da Clay Arqueologia e da empresa RESTART - Conservação e Restauro que se deu a conhecer mais um importante elemento da história da arquitectura ligada ao urbanismo de Palmela, completando mais uma página na sua história.

Joana de Carvalho
Cláudia Pinto
Inês Ferreira
Empresa Clay Arqueologia

Em investigação...



Bibliografia:

- ANDRADE, Hugo Miguel Castro (2011), *Caracterização de edifícios antigos. Edifícios “gaioleiros”*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil – Reabilitação urbana, Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- CARVALHO, Joana de; PINTO, Cláudia; FERREIRA, Inês (2023), *Relatório Preliminar da Rua Hermenegildo Capelo, 120-124 – Palmela*. Amora: Clay, Arqueologia.
- FERREIRA, Isabel; LEAL, Carlos (2023), *Reabilitação do Imóvel Rua Hermenegildo Capelo n.º 120-124, Palmela*. Conservação e Restauro da Abóbada. Nota Técnica. Palmela: RESTART – Conservação e Restauro (texto policopiado).
- REI, João; GAGO, António Sousa (2018), “Abobadilha Alentejana – uma técnica construtiva tradicional” in *RPEE*, série III, n.º 6, pp. 27-40.
- SANTOS, Jorge Miguel Marques (2014), *Estudo construtivo e estrutural de Abóbadas Alentejanas*. Dissertação de Mestrado em Engenharia Militar. Lisboa: Técnico de Lisboa – Academia Militar (policopiado)
- TOMÉ, Manuela (2019), *Edifícios de uso corrente no núcleo antigo de setúbal: a tipologia arquitectónicas que persiste*. In *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão* (pp. 141-157).
- VIEIRA, Maria Clara Bracinha (2018), *História das tipologias arquitetónicas de edifícios correntes de habitação, construídos na cidade de Lisboa desde o início do século XVIII até à década de 1930*. Dissertação para grau de Doutor em História Moderna e Contemporânea, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (policopiado)

Em destaque...

À SOMBRA DO CASTELO DE PALMELA: A OCUPAÇÃO MEDIEVAL DA RUA DE NENHURES

A Rua de Nenhores fica localizada em pleno Centro Histórico de Palmela, na encosta norte do Castelo, uma área de densidade arquitetónica e urbanística relevante e de elevada sensibilidade (*vide* Planta de Sensibilidade Arqueológica do Centro Histórico de Palmela). Nesta rua foi identificado um sítio arqueológico de origem medieval, que está abrangido pela servidão administrativa da Zona Especial de Proteção conjunta dos Monumentos Nacionais do Castelo, Igreja de Santiago e Pelourinho de Palmela (Portaria n.º 62/2010, publicada em DR, 2.ª Série, n.º 12, de 19 de janeiro).

Um primitivo castelo de Palmela é referido nas fontes escritas como o *hîsn* (castelo) de *Balmâla* pelos autores muçulmanos Ibn 'Idârî al Marrâkusi (séculos XIII/XIV) e Al-Himyarî (século XIV). A ocupação medieval islâmica do sítio foi confirmada através de várias intervenções arqueológicas aí realizadas, que proporcionaram um conjunto significativo de informações e interpretações. A primeira construção amuralhada do morro do castelo data do período Omíada (séculos VIII/IX) e define um espaço de planta subretangular, com cinco ou seis torres. Dentro deste recinto da alcáçova identificaram-se estruturas habitacionais, algumas adossadas à muralha primitiva. A presença islâmica nesta fase precoce encontra-se também atestada por dirhams (moedas) omíadas recolhidos na encosta sul do castelo.



Fig. 1 – Castelo de Palmela

O sítio arqueológico da Rua de Nenhores foi identificado em 1988, no âmbito de uma intervenção arqueológica de emergência face à construção de um depósito de abastecimento municipal de água. Em 2003, foi novamente objeto de escavação arqueológica nos terrenos situados entre a Rua de Nenhores e a Rua dos Cavaleiros da Ordem de Santiago, onde o Município de Palmela tencionava construir um edifício destinado a serviços. Os trabalhos arqueológicos da 1.ª fase tiveram a coordenação de Isabel Cristina Fernandes e os da 2.ª fase foram da responsabilidade desta mesma arqueóloga e de Michelle Teixeira Santos.

O estudo dos materiais deste sítio arqueológico motivou a realização da pequena exposição que está atualmente patente no Espaço Cidadão, publicitada nesta revista.

Em destaque...

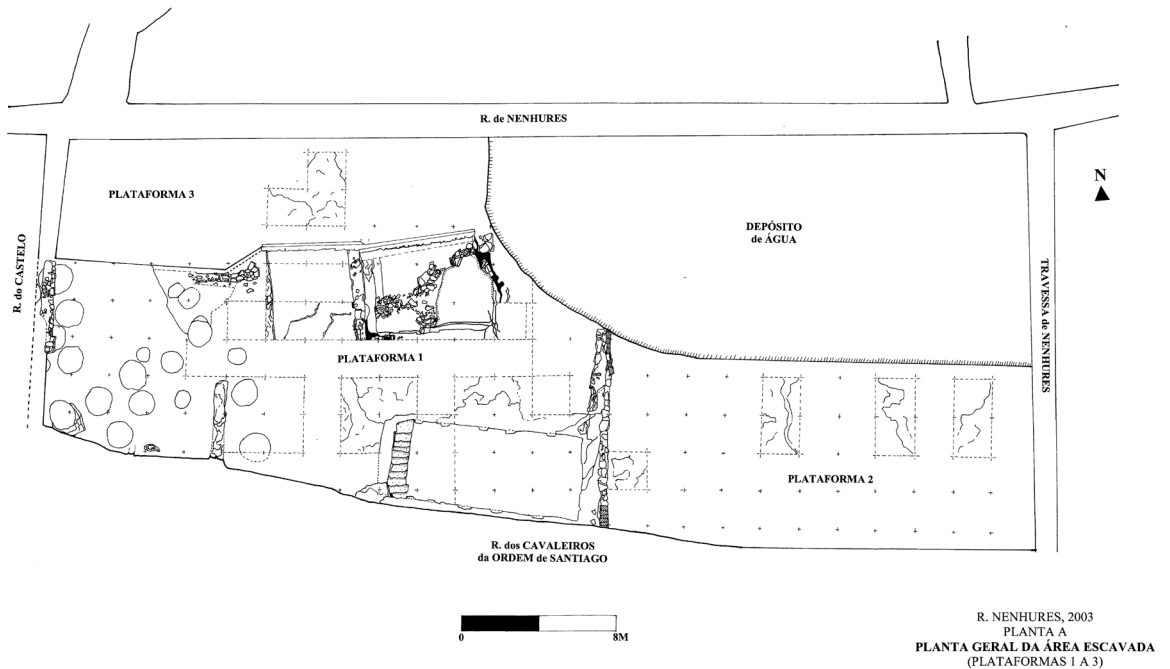


Fig. 2 – Rua de Nenhures: Planta Geral das Estruturas Arqueológicas (2003)



Fig. 3 – Aspeto da escavação dos silos em 2003.



Fig. 4 – Detalhe de alguns silos em processo de escavação (2003).

Os dados já conhecidos permitem-nos concluir que a primeira fase de ocupação da chamada Plataforma 1, muito extensa, recua ao século XII e apresenta-se como um espaço de armazenamento de produtos alimentares, constituído por trinta silos escavados no afloramento rochoso, ao longo de uma área com aproximadamente 10x6 m. Dentre eles, destaque-se o silo 6, com perfil em forma de saco, que se conservava ainda selado por uma cobertura de pedras de média e pequena dimensão. No seu interior identificaram-se materiais datáveis do século XII: cerâmica com vestígios de pintura a branco, bojos canelados e bordos triangulares de panelas, para além de fragmentos de tigelas, púcaros, tampas, um núcleo de sílex, abundantes carvões e sementes, e diversos outros restos alimentares (escamas de peixe, espinhas, conchas de navalha, mexilhão, amêijoia branca, berbigão, caracóis e alguns ossos). A análise estratigráfica permite-nos concluir que este silo esteve em pleno funcionamento durante o período islâmico, tendo sido encerrado, possivelmente, no final da ocupação almóada (c. 1194).

Em destaque...



Fig. 5 – Área dos silos após escavação (2003)



Fig. 6 – Copo, em cerâmica comum, de corpo troncocónico, com carena junto à base, datado dos séculos XII/XIII (inv. 2003.01.729)



Fig. 7 – Panela de forma globular, datada dos séculos XII/XIII (inv. 2003.01.734)



Fig. 8 – Búzio perfurado recolhido em níveis datados do período medieval islâmico (séculos XII/XIII; inv. 2003.01.1219)

A segunda fase de ocupação deste espaço é evidenciada pelo denominado “Complexo Habitacional 1”, formado pelo compartimento I cuja cronologia poderá recuar ao século XIV. A atestar esta datação salientamos a recolha de uma âmbula de peregrino em chumbo, selada, de influência bizantina, em excelente estado de conservação. Utilizadas no transporte de água benta e santos óleos, eram produzidas por moldagem, em liga de chumbo fundido.

No interior dos compartimentos foi recolhido um conjunto de cerâmica comum, de paredes alisadas e por vezes espatuladas (panelas, taças e pratos). É de referir a presença de um fragmento de cerâmica decorado a corda seca, bem como a identificação de 25 moedas do século XV.

Em destaque...



Fig. 9 – Caçoila com cordões verticais - finais do século XII/século XIII (inv. 2003.01.731)



Fig. 10 e 11 – Âmbula de Peregrino, utilizada para transporte de água benta e santos óleos (faces a e b; inv. 2003.01.737).

As escavações arqueológicas indicaram a reconstrução dos complexos habitacionais durante a Época Moderna, de que é exemplo a arcada entaipada num dos muros. Esta fase é comprovada também pela recolha de peças em cerâmica, enquadráveis nos séculos XVI/XVII: algumas taças e pratos vidrados melados, alguidares vidrados ou esmaltados a verde e uma escudela igualmente esmaltada a verde. Deste período data também a construção de uma possível cisterna, de planta retangular (correspondente ao compartimento II), com cobertura em abóbada, da qual ainda restam os arranques dos arcos formeiros e os degraus de acesso, talhados no afloramento rochoso.

Em destaque...



Fig. 12 - Fachada de edifício com arco de volta perfeita (2003)



Fig. 13 - Possível cisterna (2003)

Os trabalhos arqueológicos referidos permitiram a identificação de um dos arqueossítios mais relevantes da Vila de Palmela, com uma longa diacronia de ocupação, desde o século XII ao século XIX. Interpretado como um núcleo habitacional com distintas fases de ocupação e readaptação dos espaços, o sítio da Rua de Nenhures é, hoje, extramuros do Castelo de Palmela, a melhor fonte de informação para os períodos medieval islâmico e cristão pós-conquista.

Isabel Cristina Fernandes
Michelle Teixeira Santos
Miguel Correia
Vitor Pereira
Câmara Municipal de Palmela

Bibliografia:

- FERNANDES, I. C. F. (2004) – "O Castelo de Palmela, do islâmico ao cristão", Lisboa: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela.
- FERNANDES, I. C. F. (2012) – "Palmela Medieval e Moderna: a leitura arqueológica", in FERNANDES, I. C. F. e SANTOS, M. T. (coord.) *Palmela Arqueológica no contexto da região interestuarina Sado-Tejo*, Palmela: Município de Palmela, pp. 111-132.
- FERNANDES, I. C. F.; CARVALHO, A. R. (1997) – "Intervenção Arqueológica na Rua de Nenhures (Palmela)", *Setúbal Arqueológica*. Vol. 11-12. Actas do Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste, Setúbal, pp. 279-295.
- SANTOS, M. T. (2012) – "Arqueologia Urbana em Palmela. Balanço das Intervenções de 2009-2012", *+Museu, Boletim do Museu Municipal de Palmela*, n.º 15, Câmara Municipal de Palmela, pp. 2-7.
- SANTOS, M. T. e NUNES, J. (2012) – "Resultados da intervenção arqueológica no Espaço Cidadão (Centro Histórico de Palmela)", *+Museu, Boletim do Museu Municipal de Palmela*, n.º 16, Câmara Municipal de Palmela, pp. 2-7

Em destaque...

ACESSIBILIDADE NOS MUSEUS: UM CAMINHO RUMO À INCLUSÃO

A diversidade é uma característica da humanidade, uma vez que cada pessoa tem especificidades que a distinguem das demais. Para a existência de uma sociedade inclusiva é necessário respeitar as diferenças, reconhecer que todas as pessoas têm direitos iguais e que lhes tem de ser proporcionado o acesso, de forma equitativa, a todas as áreas da vida social, permitindo, desta forma, a sua inclusão plena.

O acesso à cultura, conforme instituído na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948) e reforçado na Constituição da República Portuguesa, é um direito de todos os cidadãos, conforme se pode ler:

"O Estado promove a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação cultural, em colaboração com os órgãos de comunicação social, as associações e fundações de fins culturais, as coletividades de cultura e recreio, as associações de defesa do património cultural, as organizações de moradores e outros agentes culturais". (Lei Constitucional n.º 1/2005, artigo 73.º)

Mas de que forma podemos assegurar esse direito nos espaços culturais?

De acordo com Vlachou (2011) os museus, centros culturais, galerias e salas de espetáculos existem porque existe público; sem pessoas que os visitem, não fariam sentido. Nestes locais promovem-se encontros entre público e artistas, diálogos, ligações, emoções, entre outras interações. Mas, também, são espaços de descoberta e de aprendizagem. As pessoas visitam-nos, de forma livre, e só regressam ou os sugerem a outras pessoas, se a sua experiência foi positiva e agradável.

Nos museus, em particular, como permitir o acesso para a fruição do espaço?

Também nos museus, os direitos das pessoas com deficiência têm de ser garantidos em igualdade de oportunidades, o que vai ao encontro da nova definição de Museu disponível no site da Internacional Council of Museums Portugal (2022), a qual refere que "um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade". Os museus funcionam e comunicam ética e profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento.

De que forma podemos proporcionar experiências positivas para que os públicos se sintam acolhidos e regressem? Como comunicar?

A comunicação está inerente a todas as atribuições do Museu sendo, por isso, uma dimensão preponderante. Os museus são, por natureza, instituições em permanente diálogo e interação com os públicos e com a comunidade onde estão inseridos (Pinto, 2022). Desta forma, as instituições museológicas devem ir ao encontro do que os seus visitantes necessitam e anseiam, proporcionando-lhes boas experiências. É, pois, importante captar a sua atenção e proporcionar-lhes vivências positivas e, simultaneamente, aprendizagens. Para que isto aconteça, os museus têm de estar preparados para acolher e incluir a diversidade de públicos.

Acessibilidade e inclusão? São a mesma coisa?

Embora sejam muitas vezes confundidas, não são a mesma coisa, estando, porém, associadas.

A acessibilidade refere-se a estratégias, ações e recursos que foram criados para reduzir ou eliminar barreiras (físicas, intelectuais, sociais) que existem nos vários contextos. Ao eliminar estas barreiras, os cidadãos podem usufruir dos espaços, serviços ou produtos, independentemente das suas características e condições, em igualdade de oportunidades (Mineiro, 2017; Salazar, 2019). Os resultados que surgem da aplicação dessas estratégias, ações e recursos acessíveis possibilitam que a pessoa se sinta acolhida, confortável e segura nos espaços culturais, sendo isto, a inclusão (Mineiro, 2017). Segundo Oliveira, Santos e Farias (2021) existem diversas formas de possibilitar experiências às pessoas com deficiência e que beneficiam, igualmente, outros públicos.

Martins (2013, 2014) propõe um modelo de acessibilidade assente em três conceitos, com vista a eliminar as barreiras físicas, informacionais/comunicacionais e atitudinais com que as pessoas com deficiência/incapacidade se deparam nos museus.

A acessibilidade física está relacionada com a adaptação de espaços que permitam a pessoa deslocar-se de forma autónoma e segura, assim como alcançar objetos ou recursos expostos para que possa fruir dos mesmos. Desta forma, é importante refletir sobre como a pessoa se movimenta no interior e exterior do edifício, de forma a criar um local adequado a todos os cidadãos. Pisos podotáteis, elevadores, rampas, portas com largura para passagem de cadeira de rodas, entre outras possibilidades arquitetónicas, são tão importantes quanto o mobiliário que possa ser rebaixado à altura de uma pessoa em cadeira de rodas, escadas com contraste entre degraus, corrimões adequados a uma movimentação segura, sinalização clara e inequívoca de estantes ou objetos suspensos, entre outras estratégias ou recursos, que permitam qualquer pessoa aceder, fisicamente, ao espaço e movimentar-se autonomamente sem obstáculos que coloquem a sua segurança em perigo.



Figura 1 – Estrutura pedonal para pessoas com mobilidade condicionada, no Castelo de Palmela

Em destaque...



Figura 2 – Piso podotátil para pessoas com deficiência visual no Museu - A Estação, Pinhal Novo

A acessibilidade comunicacional diz respeito à forma de o museu comunicar com os seus públicos e permitir o acesso aos conteúdos, em termos de informação, interação, diálogo, programação e produção. Disso são exemplo os recursos sensoriais em Língua Gestual Portuguesa (LGP), Braille, letra ampliada, assim como maquetas táteis, plantas em relevo, objetos que possam ser tocados/sentidos, entre outros que permitam a função comunicativa e mediadora, entre o objeto cultural e o público.



Figura 3 – Visita orientada ao Museu - A Estação, no âmbito do Dia Mundial para a Consciencialização do Autismo



Figura 4 – Peça de teatro infantil “O Natal no convento da Arrábida” com LGP para o público Surdo e audiodescrição para o público com deficiência visual.

Em destaque...



A acessibilidade atitudinal implica atitudes e comportamentos dos profissionais dos museus perante questões relacionadas com a deficiência/incapacidade, as quais podem influenciar as políticas institucionais estruturadas em prol da inclusão. Neste sentido, ações de capacitação sobre públicos com necessidades específicas, sensibilização para o respeito pela diferença, integração de pessoas com deficiência nas equipas dos museus, são alguns exemplos de desenvolvimento da acessibilidade atitudinal, não só nos profissionais dos museus, mas, também, na comunidade visitante do espaço. Tornar um museu acessível nem sempre é dispendioso, às vezes, o mais importante é a mudança de comportamentos e atitudes em relação às pessoas com deficiência (Salasar, 2019).

Em suma, promover a diversidade atendendo à individualidade de cada pessoa, é o caminho que todos devemos percorrer, em qualquer área da vida social. De que forma? Oferecendo os meios para que possamos viver numa sociedade mais justa e equitativa. Queremos cada vez mais que os museus façam parte desse mundo e que o mundo dos museus se torne acessível e inclusivo a todos os visitantes (Bichinho, 2023).

Figura 5 - Comboio de palavras: recurso pedagógico acessível a pessoas com deficiência visual para comunicar conteúdos do Museu - A Estação

Ana Bichinho
Câmara Municipal de Palmela

Carla Freire
Laboratório de Investigação em Design e Artes,
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais,
Politécnico de Leiria

Bibliografia:

- Bichinho, A. M. (2023). *A importância dos recursos pedagógicos na comunicação de conteúdos museológicos a crianças com deficiência visual* [Dissertação de mestrado]. Instituto Politécnico de Leiria.
- International Council of Museums Portugal. (2022). Definições. Recuperado em 10 setembro de 2024, a partir do URL <https://icom-portugal.org/recursos/definicoes/>
- Martins, P. R. (2013). A inclusão social tem influência nas práticas museais? "O acesso dos públicos com deficiência". *MIDAS – Museus e estudos interdisciplinares*, 2.
- Martins, P. R. (2014). *Museus (In)capacitantes – deficiência, incapacidade e inclusão em museus de arte* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório Institucional da Universidade de Lisboa.
- Mineiro, C. (2017). Guia de boas práticas de acessibilidade – comunicação inclusiva em monumentos, palácios e museus. Turismo de Portugal I.P. Direção Geral do Património Cultural.
- Lei Constitucional n.º 1/2005. (2005). Constituição da República Portuguesa. Diário da República, I Série A, nº 155/2005, 4642 – 4686.
- Oliveira, L. D., Santos, N. M. A., & Farias, V. R. A. (2021). Bonde da história "violências históricas": uma proposta de visita acessível no Museu Histórico Nacional. In B. Reis, H. Gomes, & O. Soares (Orgs.), *Educação museal e acessibilidade* (pp. 44-52). Fiocruz – COC.
- Organização das Nações Unidas (1948). Declaração Internacional de Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral ONU em 10 de dezembro de 1948.
- Pinto, T., C. (2022, outubro 1). Comunicar é a vocação do Museu. *Património.pt*. <https://www.patrimonio.pt/post/comunicar-e-a-vocacao-do-museu>
- Salasar, D. N. (2019). *Um museu para todos: manual para programa de acessibilidade*. Editora da UFPel.
- Vlachou, M. (2011, fevereiro 28). Mudanças. Estaremos suficientemente atentos. *Musing on culture*. http://musingonculture-pt.blogspot.com/2011_02_01_archive.html

Património Local...

RELÓGIOS DE TORRE – O CASO DO RELÓGIO DA IGREJA DE SANTIAGO

“Se fosse possível conseguirmos condensar toda a vida da Terra no espaço de um ano, o homem apareceria no dia 31 de Dezembro às 11h45.” (Hitti, 1961)

Pelo facto de o tempo não ter nada de físico, visível ou palpável, o homem, ao propor-se medir o tempo, abraçou um objectivo desafiador, tendo criado e desenvolvido engenhos fascinantes que sempre moveram e apaixonaram gerações.

Os relógios de torre marcaram o início dessa viagem. Grandes e robustos, foram ficando mais pequenos e, gradualmente, foram chegando às nossas casas, relógios de parede e de mesa e, posteriormente, generalizaram-se os relógios de bolso e de pulso. Inicialmente quase inacessíveis, foi-se tornando cada vez mais comum o acesso a estas máquinas de medir o tempo.

Com o objetivo de nos podermos centrar somente nos relógios de torre, é proposta uma abordagem à sua história (aparição e evolução) e também ao seu funcionamento. Será ainda abordado o tema da relojoaria férrea em Portugal e, na sequência, o relato de uma visita ao relógio da torre da Igreja de Santiago no Castelo de Palmela, com o objectivo de retratar um exemplo de esforço na manutenção e valorização deste importante património.

A relação do homem com a natureza envolvente é inevitável e a influência desta na vida do homem é outra inevitabilidade. Grandes ciclos da natureza (ano, mês, dia) repetem-se ininterruptamente, levando o próprio homem a estabelecer hábitos na sua relação com estes ciclos. A tentativa de organização e contagem do tempo surge quase naturalmente. Anos, estações do ano, meses, dias (luz e obscuridade sucedem-se de forma ininterrupta), trajectória visível do sol, entre outros, são exemplos de ciclos naturais que se repetem sempre de forma regular e, por essa razão, também serviram de orientação na vida das pessoas que, entretanto, os organizaram.

Actualmente, conseguimos dividir um segundo em dez ou até em cem partes, mas no séc. XIII, altura em que apareceram os primeiros relógios de torre, a unidade de tempo mais pequena talvez pudesse ser o dia. Os ritmos eram menos agitados e o rigor da medição do tempo mais relativo. Entre o nascer e o pôr do Sol definia-se a jorna; o meio-dia acontecia quando a sombra tinha menor comprimento. A sombra do cabo de uma enxada projectada no chão definia o tempo de descanso, entre outros hábitos.



Relógio de sol na fachada sul da Igreja de Santiago, no Castelo de Palmela

A importância da igreja

A igreja e respectivas Ordens desempenharam um papel importante, já que esta instituição dividia os dias em “partes” mais pequenas, devido às suas práticas canónicas, de trabalho e de descanso. É também na igreja que acontece o primeiro impulso com vista à concepção de um engenho mecânico que autonomamente possa auxiliar na contagem das diversas partes do dia.

Especialmente a divisão do dia – mais antiga unidade de tempo – acaba por constituir o primeiro grande objectivo. Dividir o dia em ciclos mais pequenos contou com o importante contributo da igreja. Os sinos nos conventos e mosteiros, accionados pelos monges (sineiros), anunciavam, entre outros, as matinas, as primas, as vésperas ou as completas que são exemplos de parte desta organização diária e que correspondem, respectivamente, à aurora (4 badaladas), ao nascer do Sol (3 badaladas), ao pôr do Sol (3 badaladas) ou ao anoitecer (4 badaladas). Este anúncio, através de badaladas, estava a cargo do monge responsável por accionar manualmente os sinos ao momento do dia pretendido. Os sinos assumiam grande importância como meio de comunicação, para a população.

O monge responsável por esta tarefa, para poder cumpri-la com a melhor exactidão possível, regulava-se pelo quadrante vertical (relógio de Sol) ou, à noite e em dias menos ensolarados, pela clepsidra (relógio de água) ou pela vela graduada que, sensivelmente a cada hora, deixava cair pregos ou pesos que produziam um som avisador.

Relógios de Torre

Grandes e pesados, estes relógios eram inicialmente construídos em ferro e madeira, com rodas dentadas impulsionadas por grandes pesos que corriam ao longo de uma torre sineira com a altura necessária para proporcionar a autonomia pretendida ao mecanismo. A torre alojava, no seu topo, os sinos que indicavam as horas através das batidas. Pesadas massas penduradas por uma corda de cânhamo constituíam fonte de energia e eram frequentemente enroladas até ao cimo, ficando, depois, vagarosamente a desenrolar ao longo da torre sineira sob efeito da gravidade. Quanto mais alta a torre, maior a autonomia do relógio. Destes tempos terá ficado, até hoje, o termo *dar corda ao relógio*. Na maioria das vezes, sem qualquer mostrador, eram chamados “relógios de tanger”, porque só indicavam as horas através das batidas dos seus sinos. Construídos em materiais que rapidamente sofriam desgaste e oxidavam (ferro e madeira), estes relógios não eram, por essa razão, muito precisos, necessitando ser ajustados com recurso a um relógio de sol ou clepsidra. Mas foram as máquinas que marcaram o início da longa e inacabada viagem pela procura da contagem do tempo. Ao longo dos tempos, estes relógios foram alvo de vários aperfeiçoamentos, desde o uso de novos materiais na sua construção até à substituição do seu oscilador com reflexo no seu desempenho.

No século XIII, surgem os primeiros relógios que, accionando autonomamente os sinos das torres, substituem os monges responsáveis nessa função. No início, para a sua regulação e porque não eram ainda muito precisos, não dispensavam completamente o auxílio dos relógios de sol durante o dia, ou das clepsidras durante a noite ou em dias menos ensolarados.

Património Local...

Estes primeiros relógios tinham também a particularidade, na sua maioria, de não mostrarem as horas. Tocavam-nas apenas (relógios de tanger). Numa época em que a maioria das pessoas não sabia ler, o anúncio das horas acontecia através do tanger dos seus sinos. Só mais tarde surgem os primeiros mostradores e geralmente com um único ponteiro. Também o segundo ponteiro (dos minutos) começa por surgir só em finais do século XVII.

Progressivamente, estes relógios foram recebendo várias inovações. Os materiais utilizados inicialmente na sua construção (ferro e madeira) foram gradualmente substituídos por outros materiais (bronze e latão) que, ao contrário dos anteriores, não apodreciam nem oxidavam tão facilmente tornando os relógios mais duráveis, robustos e precisos. Outra inovação que importa assinalar, foi a introdução do oscilador de pêndulo em substituição do “Folliot”. Este novo oscilador, idealizado por Galileu-Galilei e adaptado por Christiaan Huygens e Salomon Coster no século XVII, veio proporcionar notável precisão no funcionamento destes relógios. Ao contrário do antigo oscilador de “folliot”, este, atraído pela gravidade, apresenta uma chamada ao “ponto morto”, proporcionando importante inovação para a época. Outro facto notável é que os relógios rapidamente evoluíram para a incorporação de autómatos. Demonstração de virtuosismo que, na altura, tal como hoje, não deixa ninguém indiferente e continua a ser motivo de visitas só para os ver funcionar.

Os primeiros passos no controlo do tempo através destes mecanismos contribuíram até para a Europa se poder afirmar tecnologicamente perante o resto do mundo.

Não passou muito tempo até se considerar haver vantagem em replicar o exemplo da igreja, levando ao aparecimento também do relógio público ou comunitário que, através do “tanger” dos seus sinos, passou a dar um precioso contributo na normalização da vida nas cidades. O relógio, independente da vontade das pessoas, impunha a sua “autoridade”, operando importante conduta social o que gerou alguma contestação, mas era também objecto de orgulho e prestígio que atraía forasteiros para admirarem o seu funcionamento.

Entre os séculos XIV e XVII, assiste-se, por toda a Europa, a uma instalação generalizada destes mecanismos. Importantes na normalização da vida em sociedade são também motivo de orgulho e até de estatuto. A sua aquisição e manutenção não está inicialmente ao alcance de todos, começando-se, no entanto, gradualmente, a assistir a um proliferar destas fascinantes máquinas por todas as povoações.

Estes engenhos começam por ter uma estrutura base constituída por quatro colunas unidas por travessas e fixadas por cunhas de ferro (mais tarde parafusos) estando, em dois dos lados destas colunas, platinas verticais fixadas às travessas superior e inferior e nas quais encaixam os eixos das rodas do movimento e das badaladas, respectivamente, bem como os eixos dos tambores/cilindros. Nestes são enroladas cordas de cânhamo que sustentam duas pesadas massas em pedra (mais tarde em chumbo ou ferro) constituindo, estas massas, a fonte de energia de todo o sistema.

Um destes tambores transmite a sua energia através de um conjunto de rodas desmultiplicadoras que reduzem gradualmente a força e a levam até ao sistema de escape. Este liberta gradualmente a energia proveniente do tambor para um oscilador. É neste momento que ocorrem os tique-taques regulares e constantes que vamos conseguindo ouvir e que permitem o funcionamento regular do relógio.

Entretanto, da mesma forma, o outro cilindro transmite a sua energia através de outro conjunto de rodas desmultiplicadoras, mas desta feita até ao “travão” das badaladas que só permite a libertação desta energia de forma coordenada com o movimento das horas e, somente no exacto momento pretendido, resultando nas badaladas que assinalam a passagem respectiva de cada hora.

O tempo em Portugal

É na Sé de Lisboa, no ano de 1377, onde é colocado o primeiro relógio em Portugal. Mandado colocar pelo Rei D. Fernando, este relógio não tinha mostrador, indicando as horas através do tanger dos seus sinos. É já durante o reinado de Filipe III que, em 1628, é mandado colocar um mostrador. Sabe-se que o seu construtor foi “Mestre João” (francês). Este necessitava de um relojoeiro para o manter, ajustar, enrolar a corda e, entre outras tarefas, temperar com azeite (lubrificar). O último relógio de torre mecânico instalado em Portugal terá sido na Igreja da Misericórdia de Seia, na segunda metade do século XX, construído em Aldeia do Bispo (Penamacor) por Manuel de Sousa Manteigas.

Pensa-se que é o Frade Franciscano Frei João da Comenda que tenha sido o primeiro relojoeiro português a conceber um relógio no nosso país, no ano de 1478. A partir do Mosteiro de Orgens (Viseu) terá construído doze relógios de torre, distribuídos por várias cidades entre as quais Évora, Setúbal e Serpa. Data assim do século XV, o relógio mais antigo fabricado em Portugal.

Por esta altura as horas eram públicas, disponibilizadas pelos Mosteiros, mas também por torres dos Municípios a toda a população (tempo público). Tanto no Mosteiro de Orgens como no Mosteiro de Varatojo encontram-se, ainda hoje, preservados dois exemplares dos seus doze relógios. É nesta época que se encontra, também, referência a um relojoeiro na região de Alenquer, chamado Frei João da Montanha.

Interessante poderá ser a colocação de um relógio que batia os seus sinos a cada quarto de hora no ano de 1628, construído pelo “carmelita descalço” Frei Francisco de Jesus. Este relógio, inicialmente colocado no convento do Bussaco pelo facto de tocar os seus sinos a cada quinze minutos, terá chamado a atenção do poder central e terá sido transportado para a capital.

Não haver, à época, o hábito de colocação da autoria do seu construtor nos respectivos relógios, dificulta o conhecimento, quer do respectivo relojoeiro quer da totalidade de relojoeiros portugueses à época. No entanto, conseguem-se encontrar referências ao relojoeiro Pablo Gomes em Guimarães, ou, já em finais do século XVI, ao relojoeiro Fernão Gonçalves em Braga.

Durante o reinado de D. João V, os novos relógios construídos com novos materiais e com osciladores de pêndulo começam a substituir gradualmente as antigas máquinas férreas que ganharam este nome por serem construídos em ferro e madeira.

Nomes importantes na área da relojoaria grossa de torre, no decorrer do século XX, são as casas Cardina e Cousinha, respectivamente na Nazaré e em Almada.

Importante será também a referência à “Boa Reguladora” que, apesar de não se dedicar à relojoaria grossa que constitui o nosso tema, prestou um importante contributo à história da relojoaria em Portugal, desde o ano de 1895, a partir de Vila Nova de Famalicão até aos nossos dias. Quase não haverá quem não tenha tido em casa um relógio de parede ou despertador desta marca.

Património Local...

Electrificação/ reflexão

Alguém imaginaria o “Big Ben” com um relógio eléctrico em vez do original?

Curiosamente, quase em simultâneo com o afastar do homem dos ritmos da natureza, assiste-se a um proliferar de máquinas eléctricas que, talvez com alguma ingratidão, substituem as centenárias máquinas férreas. Ao contrário de alguns países que se vão esforçando por preservar os seus relógios seculares de torre, entre nós vão sendo poucas as localidades que se vão ainda envaidecendo com os seus velhinhos marcadores do tempo. A maior facilidade, menor manutenção e talvez o menor custo, veio fazer com que muitas relíquias mecânicas em várias torres de localidades do nosso país, inclusivamente em imóveis de interesse público e monumentos nacionais (os quais deveriam ser exemplo da sua preservação), fossem substituídas por estes relógios eléctricos. Legado que não nos chegou até aos nossos dias!

O tempo público ficou lá atrás. Já não há partilha da hora. Vivemos sob ordens do rigor implacável do relógio individual. Nos antípodas dos tempos aqui retratados. Com a azáfama e os ruídos de hoje, mal ouvimos os seus sinos nas torres das nossas povoações.



Relógio da marca Reguladora. Coleção particular.



Relógio da Igreja de Santiago no Castelo de Palmela

Em Palmela, tal como felizmente noutras localidades, tem havido a sensibilidade e o compromisso na recuperação e conservação do património relojoeiro férreo. Relógios mecânicos seculares que são também parte da nossa história e um legado importante a preservar e a deixar às próximas gerações.



Relógio da Igreja de Santiago, onde se lê o local e a data de fabrico.

Datado de 1752, este relógio encontra-se instalado na torre da Igreja de Santiago no Castelo de Palmela. Foi fabricado em Liège, na Bélgica (casa Henry Rossius), como comprova a inscrição *Henri Rossius a Liège 1752* na roda contadora, responsável pelo número de badaladas dos sinos, indicando as respectivas horas. Na platina do movimento das horas podemos ver duas placas fixadas que confirmam duas reparações mais profundas. A primeira intervenção, no ano de 1907, por um relojoeiro alemão, mas a trabalhar em Lisboa, Oscar Knoblick, e uma segunda intervenção, em 1997, pela empresa Serafim da Silva Jerónimo de Braga. Até aí sem som durante muitos anos, os seus sinos voltaram finalmente a soar após ser mandado reparar pela autarquia no ano de 1996.

De frente para o relógio somos “hipnotizados” pelo reluzir bem mantido e conservado dos seus bronzes, material maioritariamente presente nas rodas que constituem os dois conjuntos de rodagens e que são alimentadas por fontes independentes. Visualizamos também dois tambores, cada um com um peso, e um cabo do aço que vai descendo ao longo da torre sineira. Uma das rodagens, à esquerda, é responsável pelas horas e termina num enorme pêndulo, com a função de regular o funcionamento do relógio. A outra rodagem, à direita, responsável pelas badaladas das horas, termina numa ventoinha ou borboleta (travão dinâmico) com a função de reduzir e regular a velocidade a que os sinos dão as badaladas.

Aparentemente independentes, estes dois mecanismos encontram-se interligados por forma a que o mecanismo das badaladas (à direita) é iniciado no exacto momento em que no mecanismo das horas (à esquerda) atinge a hora certa. Tudo isto desde há mais de 250 anos e com um rigor e precisão notáveis.

Na fachada da torre virada a Norte temos um bonito mostrador em azulejo com um único ponteiro. Apesar deste não nos mostrar os minutos, não nos impossibilita, ainda assim, de percebermos o minuto aproximado em que nos encontramos. Se o ponteiro se situar entre as 10 e as 11 horas, facilmente percebemos que são 10h30 sem necessidade

Património Local...

do ponteiro dos minutos. Verificando-se o mesmo se o ponteiro estiver a $\frac{1}{4}$ da distância entre as 10 e as 11 horas.

Outro pormenor interessante é a presença de um relógio de Sol (quadrante vertical) localizado na fachada Sul da igreja e que serviria de auxílio ao monge sineiro que, como visto, tinha a função de accionar os sinos em determinados períodos do dia por forma a anunciar as cerimónias ou outras indicações à população de Palmela.

Poucos anos depois de ter sido colocado, resistiu ao sismo de 1755. A partir de 1834, com a passagem do castelo para administração militar, verificou-se uma diminuição no interesse por este património, mas ainda assim o relógio resistiu e dá-nos o privilégio de contemplar o lento passar do tempo através da observação do seu pêndulo, bem como do mecanismo robusto e ruidoso que é colocado em movimento a cada hora, responsável por accionar os seus sinos.

O Município de Palmela, mediante marcação, possibilita uma visita guiada ao relógio de torre na Igreja de Santiago.

Fernando Pernas
Músico

[O autor não segue as normas do novo Acordo Ortográfico]



Bibliografia:

- PAVÃO, Luís; BARROCA, Mário Jorge, *Castelos da Ordem de Santiago*, C. M. Palmela, 2002.
 BARROS, Maria Filomena; SILVA, Manuela Santos; COSTA, João Paulo Oliveira, *Os Forais de Palmela*, C. M. Palmela, 2005.
 ROSENDO, Maria Teresa; PRATA, Cristina dos Reis; FERNANDES, Isabel Cristina; SANTOS, Michelle Teixeira; SAMPAIO, Teresa; SOUSA, Zélia, *Patrimónios*, C. M. Palmela, 2010.
 TAVARES, José Mota; MADRUGA, José António; SILVA, Carlos Guardado, *Medição do Tempo em Torres Vedras*, C. M. Torres Vedras, 2012.
 TAVARES, José Mota, *As Horas de Leiria*, Folheto, 2011.
 OLIVEIRA, Fernando Correia, *Cronologia do Tempo em Portugal*, Lagonda, 2004.
 OLIVEIRA, Fernando Correia, *História do Tempo em Portugal*, Soctip, 2003
 Webgrafia:
<https://estacaochronographica.blogspot.com/2009/11/pista-da-semana-os-relogios-de-frei.html>
 PDFgrafia:
https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/57696/1/TM_Fernando_Oliveira.pdf

Publicações...

A FORTALEZA DE PALMELA: NOVAS REVELAÇÕES EM LIVRO

O estudo do Castelo de Palmela teve um incremento substancial desde o final dos anos 90, graças às intervenções arqueológicas realizadas na Praça de Armas, na sacristia da Igreja de Santa Maria e junto à entrada do templo, no fosso situado a norte e no pátio da Igreja de Santiago. Os dados obtidos nestas escavações permitiram avanços sobretudo no entendimento do período medieval do castelo, excepção feita para o pátio fronteiro da Igreja de Santiago, que forneceu informação sobre os séculos XV-XVIII.

Para os períodos moderno e contemporâneo levámos a cabo alguma investigação de arquivo, dando a conhecer, nomeadamente, a relevância da planta de 1781, de Manoel Caetano de Sousa, da documentação dos arquivos militares, dos séculos XIX-XX e dos fundos da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Outros autores trouxeram contributos importantes ao nível da história, da história da arte e da arquitectura, da cartografia, mas foi sempre grande a consciência do muito que havia para desbravar nos arquivos e da falta de uma análise mais completa da fortaleza moderna.

Em 2024, o Município de Palmela logrou cumprir esse objectivo através da publicação do livro: «Palmela, de Castelo a Fortaleza», da autoria do historiador Joaquim Manuel Ferreira Boiça.

Estamos perante uma obra que veio preencher múltiplas lacunas no conhecimento da fortaleza de Palmela, com enfoques nos períodos filipino, da restauração, do pós-restauração, das invasões francesas e das guerras liberais, havendo sempre uma forte preocupação do autor em integrar-nos no contexto histórico de cada época tratada.

Numa primeira parte, Joaquim Boiça faz a caracterização das especiais condições de localização do castelo, com transcrição de excertos de quem sobre ele escreveu em 1758, 1842 e 1879. No capítulo II conduz-nos ao ambiente político e militar da Guerra da Anexação, debate o papel dos castelos no conflito, apresenta-nos o castelo de Palmela ao serviço do rei D. António e referencia a instalação, nas dependências conventuais, do mestre de campo do exército espanhol, D. Sancho Avila.

Para abordar o período da Restauração e a necessidade de abaluartamento, o autor apresenta-nos, no capítulo III, os engenheiros e arquitectos contratados para levarem a efeito as reformas desejadas, sem esquecer a menção às várias condicionantes que enfrentaram. Neste contexto, fala-nos do processo que conduziu ao início das obras da fortaleza, em 1657.

É no capítulo seguinte (IV) que Joaquim Boiça destaca o papel de D. Pedro II nas grandes transformações da arquitectura militar do reino, mérito raramente assinalado. No caso de Palmela, as obras ter-se-ão prolongado até finais do século XVII, e o autor releva-as como enquadráveis no “reforço das posições da região central alentejana e do litoral de Setúbal” e associadas à defesa do porto de Setúbal e da “linha de penetração em direcção à capital”. Este capítulo IV completa-se com interessantes considerações sobre a tratadística ligada ao processo de abaluartamento e sobre os métodos da arte de fortificar, com exemplificação de algumas praças do reino.

Boiça defende que a autoria da traça dos abaluartados de Palmela é do engenheiro militar João Rodrigues Mouro, tal como a dos quartéis e da cisterna da Praça de Armas, e disso nos dá conta no capítulo V. Traça o percurso biográfico de Mouro, com muita novidade, e refere aspectos do processo construtivo, nomeadamente o relacionado com a pedreira do morro a nascente, a duração das obras, as opções topográficas, a composição formal. Nesta análise recorre em boa parte à Planta do Castello da Villa de Palmella, atribuída a João Rodrigues Mouro, e à já citada planta de 1781.

O Capítulo VI fala de franceses e ingleses na fortaleza, no quadro oitocentista das invasões francesas (em que Palmela terá tido um efectivo papel militar, a merecer obras entre 1807 e 1811), e da subsequente ocupação pelas tropas britânicas. O autor indica que as obras terão continuado durante a Guerra Peninsular, prolongadas até c. 1834, em pleno período das Guerras Liberais, com relato de degradações, de debilidades e detalhes da intervenção. A principal novidade que referencia para este período é a construção de dois redutos exteriores de defesa da vila: o reduto de S. João e o reduto da Paz, de que nos apresenta a planta e os perfis.

Para além do atractivo que estes tópicos representam, a justificar uma leitura atenta do livro, acrescem outros elementos usados por Joaquim Boiça para o tornar ainda mais sedutor: a abundante ilustração, de fotografia com uma qualidade notável e de cartografia antiga, vária dela inédita, ambas acompanhadas de legendas desenvolvidas que completam a informação do corpo da obra.

Isabel Cristina Ferreira Fernandes
GEOS – Município de Palmela

[A autora não segue as normas do novo acordo ortográfico]



Em agenda...

Até setembro 2025 | Espaço Cidadão, Palmela

EXPOSIÇÃO “À SOMBRA DO CASTELO: URBANISMO MEDIEVAL E MODERNO NA RUA DE NENHURES”

Partindo de um conjunto de materiais arqueológicos e informações resultantes da escavação arqueológica na Rua de Nenhures, a exposição aborda um dos sítios arqueológicos mais emblemáticos do Concelho, desde a sua descoberta à identificação de 30 silos medievais, dando a conhecer - sob uma perspetiva histórica e arqueológica - a evolução urbanística desta área do Centro Histórico de Palmela.

Entrada gratuita (visita sujeita ao horário de funcionamento da Junta de Freguesia de Palmela)

Contactos: 21 233 66 40 | patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

Org.: Câmara Municipal de Palmela



5 a 30 de novembro | Biblioteca Municipal de Pinhal Novo

EXPOSIÇÃO «LIVROS DE ABRIL: FRUTO E FERMENTO DA REVOLUÇÃO»

Esta exposição bibliográfica, constituída por cinquenta títulos publicados entre 1974 e 1976, pretende contribuir para o conhecimento da intensa e diversa atividade editorial verificada na altura e o modo como ela refletia a ebulição social ligada ao grau de cidadania participativa, ativa e crítica vivida na altura.

Entrada gratuita (horário da Biblioteca)

Contactos: 212 336 632 | bibliotecas@cm-palmela.pt

Org.: Câmara Municipal de Palmela



Em agenda...

Museu - A Estação

4.º sábado de cada mês | março a novembro | às 10h00

«NO MEU TEMPO...» - VISITAS ORIENTADAS POR FERROVIÁRIOS

Histórias partilhadas por ferroviários sobre o seu percurso na ferrovia, a sua vida familiar e memórias de outros tempos.

Frequência gratuita, com limite de inscrições até às 12h00 da antevéspera do dia da visita.

Informações e inscrições: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

Org.: Câmara Municipal de Palmela



16 novembro | 15h00

Circuito de Manutenção de Quinta do Anjo

ROTEIRO DE HISTÓRIAS

«O MUNDO NA VOZ DAS CRIANÇAS»

Enquadrado no Projeto «Os Direitos Habitam nas Histórias», cujo principal objetivo é contribuir para uma maior reflexão e literacia em Direitos Humanos entre a população, terá lugar em Quinta do Anjo, desta vez em torno dos Direitos da Criança. O percurso inicia-se pelas 15h00, ao som de histórias na voz das crianças.

Destinatários: Público em geral | Entrada Livre

Org.: Câmara Municipal de Palmela

20 dezembro | 9h00-17h00

Biblioteca Municipal de Pinhal Novo

FÉRIAS A CRESCER- EDIÇÃO DE NATAL

UMA VIAGEM DE NATAL

Destinatários: crianças 6-11 anos, residentes, estudantes ou filhas/os de trabalhadores no concelho de Palmela.

Participação gratuita (min.: 15 e máx.: 25 participantes)

Info./Insc. (até 12 de dezembro):

patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

212336640

Org.: Câmara Municipal de Palmela



SUMÁRIO

1 | Editorial

2 | Em Investigação...

Um episódio perdido da guerra de anexação (1580):
a emboscada de Palmela
A Abóboda Quinhentista da Rua Hermenegildo Capelo,
nº 120-124, em Palmela

3 | Em destaque...

À Sombra do Castelo de Palmela: Intervenção Arqueológica
na Rua de Nenhures
Acessibilidade nos museus: um caminho rumo à inclusão

4 | Património local...

Relógios de torre – o caso do relógio da Igreja de Santiago

6 | Publicações

7 | Em agenda...

CONTACTOS

Museu Municipal de Palmela – Divisão de Bibliotecas e Património Cultural (DBPC)
Câmara Municipal de Palmela
Largo do Município
2951-504 PALMELA
Telefone: 21 233 6640 | E-mail: patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

FICHA TÉCNICA

Edição: Câmara Municipal de Palmela | Coordenação editorial: Teresa Sampaio
Colaboram neste número: Ana Bichinho, António Correia, Carla Freire, Cláudia Pinto,
Fernando Pernas, Inês Ferreira, Isabel Cristina Fernandes, Joana de Carvalho, Luís
Costa e Sousa, Michelle Teixeira Santos, Miguel Correia, Rute Regula, Vitor Pereira
Design: Joana de Oliveira | Impressão: Regiset
ISBN: 927-8497-27-X | Depósito legal: 196394/03